

CINEMA NA PERSPECTIVA DO DESENHO UNIVERSAL: UM ESPAÇO PARA TODOS, INCLUSIVE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Oswaldo Emery¹
Marina Helena Chaves Silva²
Patrícia Dorneles³

Resumo: Este artigo tem como objetivo socializar proposta de implementação de medidas para promover o acesso de pessoas com deficiência ao cinema com base no Desenho Universal. Para alcançar este fim, apresentamos uma breve análise sobre a concepção de cultura e sua importância para a sociedade, dando maior destaque à situação vivida pelas pessoas com deficiência, que, no geral, estão privadas desse direito. A seguir, discorremos sobre os documentos internacionais e a legislação vigente que, ao longo dos tempos contribuíram para que o acesso à cultura seja considerado um direito social.

Palavras-chave: Cinema, Arquitetura, Acessibilidade, Desenho Universal

O termo cultura é, quase sempre, empregado para designar artes, entretenimento, lazer, expressões e tradições dos povos, que representam o patrimônio material e imaterial da coletividade. Segundo Maior (2013, p. 2) “Cultura e educação nos ensinam a viver e a desfrutar de todo o legado das civilizações, bem como da manifestação humana do tempo presente. Ainda que muitos não saibam, a cultura faz parte dos direitos humanos e, como tal, toda e qualquer pessoa humana é titular do direito de acesso à cultura.”

O acesso à cultura é mencionado explicitamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a saber: “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. [...]. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor” (*apud* MAZZOTTA; D’ANTINO, 2011, p.384).

Por se tratar de um direito fundamental, compete ao Estado criar mecanismos para que toda e qualquer pessoa possa desfrutar e também produzir bens culturais.

¹ Ministério da Cultura. osvaldo.emery@cultura.gov.br

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. marina_helenasilva@hotmail.com

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro. patricia.dorneles.ufrj@gmail.com.



Afinal, a participação na arte e cultura oportuniza às pessoas o desenvolvimento de seu potencial humano.

Esse direito ainda precisa ser conquistado por grande parte do segmento constituído pelas pessoas com deficiência no Brasil e no mundo. Vale ressaltar que, no Brasil, parcela significativa das pessoas com deficiência faz parte da população menos favorecida economicamente, conforme dados a seguir:

A deficiência é tanto uma causa como uma consequência da pobreza; alguns cálculos indicam que uma em cada cinco pessoas pobres apresenta uma deficiência. Podemos então dizer que todas as famílias de uma comunidade pobre são diretamente afetadas pelos efeitos socioeconômicos dela decorrentes. Existem no mundo 600 milhões de pessoas com deficiência, sendo que 400 milhões vivem em países pobres ou em desenvolvimento. No Brasil, 27% destes brasileiros vivem em situação de pobreza extrema e 53% são pobres (BRASIL, 2008).

É oportuno salientar que a expressão “pessoas com deficiência” deve ser entendida, conforme está explicitado no decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009):

[...] são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Os direitos fundamentais da pessoa com deficiência passaram a ser especificados em nosso país a partir da Constituição Federal de 1988. Lazer e acessibilidade são dois aspectos tratados. O sentido de acessibilidade que prevalece, porém, é de caráter arquitetônico e espacial. Mazzotta e D’Antino (2011, p. 384) enfatizam que: “embora incipiente, cinemas, teatros, museus, parques e outras áreas destinadas ao lazer e à cultura têm sido projetados, construídos ou adaptados contemplando o acesso das pessoas com deficiências e que tenham necessidades especiais, de modo a diminuir os obstáculos à sua participação e à melhor utilização em situação de inclusão social”.

Segundo Mazzotta e D’Antino (2011, p. 384), quando se trata de políticas públicas sociais e culturais, “o segmento da população de pessoas com deficiência tem sido tradicionalmente desconsiderado”. Segundo esses estudiosos, observa-se que mudanças, nesse sentido, são recentes e são assim enumeradas em seu artigo: no campo internacional, na década de 1990, foi promulgada a Declaração de Cartagena de Índias sobre Políticas Integrals para Pessoas com Deficiências na Região Ibero-Americana.

Esse documento foi aprovado na Conferência Intergovernamental Ibero-Americana ocorrida em Cartagena de Índias, na Colômbia, em outubro de 1992.

Serviram de fundamento para as recomendações constantes na Declaração de Cartagena de Índias a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de 1975 e o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, de 1982, entre outros documentos internacionais. Em foco, a necessidade de eliminar os obstáculos estruturais, técnicos e atitudinais que restringiam a participação de pessoas com deficiência em atividades culturais, recreativas e desportivas.

A acessibilidade arquitetônica não passou despercebida, ou seja, foi ressaltada a necessidade de melhorar os acessos a ambientes culturais, desportivos e turísticos. Outra recomendação contida na Declaração de Cartagena de Índias sobre Políticas Integradas para Pessoas com Deficiências na Região Ibero-Americana foi: os guias turísticos e de atividades de lazer teriam que incluir o máximo possível de informações sobre a acessibilidade dos meios de transporte, hotéis, restaurantes e equipamentos culturais e desportivos (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011).

O Decreto nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL. Presidência da República, 2004) é outro dispositivo legal importante no processo de inclusão social da pessoa com deficiência. Ele regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Esta última estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O desenho universal é um dos pontos abordados nesse decreto, objetivando estabelecer o cumprimento da “concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável”. (BRASIL, 2004). Determinou-se também como obrigatória a reserva de, no mínimo, dois por cento da lotação dos seguintes estabelecimentos: teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferências e similares para pessoas em cadeira de rodas, distribuídos em locais diversos e com base nas normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT. (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011, p. 384)

Merece destaque, também, a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis, acautelados em nível federal, e outras categorias. Nela, são apresentadas:

[...] as soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais, imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público (BRASIL, 2003).

Entretanto, o dispositivo legal que apresenta mudanças significativas, no que tange ao acesso da pessoa com deficiência aos bens culturais, é a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência/CDPD, promulgada como Emenda Constitucional, conforme decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009). Trata especificamente de direitos para pessoas com deficiência: o artigo 9º - Acessibilidade, apresentada em sentido amplo:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros. (BRASIL, 2009).

O artigo 30 contém determinações importantes quanto à participação das pessoas com deficiência na vida cultural e em recreação, lazer e esporte, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Foram definidos os seguintes direitos: a) de acesso de bens culturais em formatos acessíveis; b) de acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; c) de adentrar em “locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional”. (BRASIL, 2009)

Constam também na CDPD (BRASIL, 2009), as seguintes cláusulas: direito ao desenvolvimento do potencial criativo, artístico e intelectual, tanto para proveito próprio como para o favorecimento da sociedade; de assegurar legislação específica de proteção dos direitos de propriedade intelectual [de modo que] não constitua barreira excessiva ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a bens culturais; de reconhecimento e apoio à sua identidade cultural e linguística específica, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda; de participar de atividades recreativas, esportivas e de lazer.

Cinema acessível: muito além da fruição de filmes

Em mais de 100 anos, o cinema amaleceu um acervo de milhares, se não milhões de filmes e muitos outros vêm sendo produzidos anualmente em todo o mundo. Filmes silenciosos, sonoros, profissionais, amadores, independentes, estudantis, ficções, documentários, experimentais, *live-action*, animação, nacionais, estrangeiros, curtas, médias, longas, drama, horror, romance, aventura ... Enfim, existe uma variedade imensa de tipos e gêneros de filmes, cada qual deles expressando um registro de uma época, uma visão de mundo particular.

Não se pode esquecer que dentro os diversos tipos de filmes produzidos, há uma grande quantidade que trata de assuntos de interesse direto das pessoas com deficiência, abordando questões como direitos humanos e a própria questão da deficiência. Assim, acessibilizar o cinema representa não apenas a oportunidade de oferecer às pessoas com deficiência uma janela para outros mundos, outras vidas e outras realidades, mas também um espelho no qual podem ver refletida sua própria condição.

O acesso às obras e produtos culturais, por si só, não é suficiente para garantir a fruição integral de seu conteúdo e dos significados neles embutidos. A obra ou produto não esgota em si suas possibilidades. Como agente socializante e aglutinador, ela também provoca outros desdobramentos.

Historicamente, a deficiência foi um fator de estigmatização e discriminação das pessoas com deficiência. Seja por conta de barreiras físicas ou por dificuldades, atitudes poucos amigáveis em relação à deficiência e à diversidade corporal, essas pessoas muitas vezes acabam isoladas no seio de suas famílias ou das instituições que as abrigam. Esse isolamento dificulta, ou mesmo nega, a essas pessoas a possibilidade do convívio social em suas diversas formas e locais, incluindo aqueles destinados à fruição artística e cultural. Por conta disso, esse segmento populacional não usufrui do direito pleno de participar de diferentes formas de arte nos espaços específicos, com toda a riqueza sensorial que lhes é possível despertar, tais como: exposições, música, teatro, opera, dança e cinema etc.

Existem, é certo, formas alternativas de acesso a estas expressões artísticas e culturais utilizando registros produzidos para reprodução individual e doméstica: fotos, CDs, DVDs etc. No entanto, essas representações se ressentem da diminuição de seu impacto sensorial já que, na prática, é impossível reproduzir integralmente em um ambiente “amador” uma experiência cuja fruição foi originalmente planejada para acontecer em um local especializado.

A reprodução doméstica do registro de um concerto, por exemplo, jamais oferecerá a mesma riqueza sonora de sua versão original em uma sala de concerto. A foto de uma escultura é uma cópia diminuída do original tridimensional em um museu. A reprodução doméstica do registro de um concerto não tem paralelo com a apresentação original em um estúdio ou sala de concerto, cujo ambiente foi cuidadosamente planejado para a obtenção da melhor qualidade possível.

Com o cinema se dá o mesmo. Embora se trate de uma mídia mecânica/eletrônica/digital na qual não há o elemento “ao vivo” que se encontra, por exemplo, no teatro, a reprodução doméstica de um filme é uma versão reduzida deste mesmo filme quando exibido em bom cinema. Por melhor que sejam os equipamentos domésticos, sua qualidade e capacidade de reprodução da imagem e do som não se comparam às que podem ser obtidas em ambientes profissionais.

Além disso, as próprias características físicas do ambiente onde se dá a projeção, sua arquitetura, determina a qualidade com a qual o filme será percebido pelos espectadores. A imagem projetada na tela de um cinema tem dimensões dificilmente reproduzíveis nos lares dos espectadores. O som da trilha do filme, para que seja de qualidade, requer um ambiente com um volume mínimo, com acústica cuidadosamente estudada, algo praticamente inviável de ser reproduzido em um ambiente doméstico.

Ou seja: se analisado do ponto de vista da qualidade técnica, é inevitável a perda de qualidade das obras de arte e produtos culturais quando vivenciadas em ambientes “não-específicos de lazer” e cultura, “visto que não é um espaço construído com esta função, mas que também pode cumpri-la”. (CAMARGO *apud* FALCO, 2007, p.3)

Por outro lado, além dos ganhos em qualidade técnica e sensorial, a fruição dos produtos culturais em um ambiente público, extra-doméstico, representa a possibilidade de transformar esta fruição em um ato social. Assistir um filme em uma sala de cinema cria a situação de “uma congregação de estranhos” na qual as emoções transmitidas pelo filme são compartilhadas com outros e, neste processo, amplificadas.

Assistir a um filme em uma sala de cinema proporciona ao espectador a possibilidade de viver novas experiências já que, àquelas oferecidas pelo filme, se somam as inevitáveis possibilidades de imprevisto – ou aventura – desde que o espectador deixa a “zona de conforto” de seu lar, sai à rua e se insere em ambientes públicos, misturando-se a outras pessoas, em sua maioria desconhecidas.

Neste sentido, a ida ao cinema também oferece ao espectador, ainda que por breves momentos, o sentimento de participar do ambiente urbano cujo local mais

expressivo, segundo João do Rio, seria a rua: “Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque sofremos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua”. Esta função também está presente na forma mais comum das salas de cinema contemporâneas: os shopping centers, conforme enfatiza Neves (2006, p. 16):

A incorporação das salas de cinema no **shopping center** proporcionou aos frequentadores, além de uma boa sessão escurinha nas salas, um **footing** antes e depois de cada sessão, entre as lojas, a praça de alimentação e os corredores artificialmente iluminados. Este caminho percorrido possibilita um viver social carregado de encontros, experiências e vivências, que podem tanto ser compartilhados quando individualizados.

Por ser o cinema uma mídia que se utiliza dos sentidos da visão e da audição para transmitir suas mensagens, as pessoas com algum grau de deficiência em relação a esses sentidos têm uma dificuldade em relação à fruição dos filmes. Isso não significa, no entanto, que essas pessoas não possam usufruir dos filmes, já que é dada a cada um de nós a capacidade de perceber o mundo a partir de nossas particularidades:

Esta pessoa, parte do público, pode ser um cego, que vivencia o OUVIR histórias, ou um surdo que vivencia o LER histórias, de forma similar àquela em que todo indivíduo RECREIA os espetáculos sensoriais de um filme com a sua imaginação, única e particular⁴.

A afirmação acima aponta para dois dos recursos mais comuns visando a acessibilização dos filmes e obras audiovisuais em geral: a audiodescrição e legendagem. Este último recurso também pode ser substituído ou complementado pela utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), recomendada para surdos não oralizados ou que não se sintam confortáveis com a língua portuguesa.

A possibilidade de associar o acesso a um bem cultural ao acesso a um local público com destinação cultural é especialmente importante para pessoas com deficiência, para quem, tradicionalmente, é dificultada a possibilidade de incorporar à sua vida as experiências propiciadas pelos ambientes naturais e públicos que a cidade e o mundo oferecem. Neste sentido, é importante garantir às pessoas com deficiência o acesso às manifestações culturais em sua plenitude, não apenas em relação ao desfrute das obras, mas de todas as possibilidades que ela oferece.

Um dos principais instrumentos para garantir a acessibilidade aos cinemas é o conceito de Desenho Universal. Este conceito surgiu na Universidade da Carolina do Norte, no EUA, em 1985, como desdobramento de outras iniciativas anteriores de

⁴ GUIA DE CINEMA E VÍDEO PARA CEGOS E SURDOS, 2013. Disponível em: <<http://www.filmesquevoam.com.br/canais.php?mod=pagina&id=65>>. Acesso em: 10 mar 2014.

eliminar as barreiras físicas que dificultavam a integração das pessoas com deficiência. Segundo seu princípio básico:

“Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias. (BRASIL, 2009)

Um dos pontos fundamentais deste conceito é a universalidade das soluções utilizadas para que, sempre que possível, todos delas possam compartilhar igualitariamente. O desenho universal refuta soluções que impliquem em soluções alternativas voltadas exclusivamente a determinados grupos de pessoas de modo a evitar que essas soluções reforcem eventuais estigmas e preconceitos e, com isso, levem à discriminação dessas pessoas. Antes disso, esse conceito busca incorporar à dinâmica dos projetos a diversidade como uma característica intrínseca dos seres humanos: “O ser humano “normal” é precisamente o ser humano “diverso”, e é isso que nos enriquece enquanto espécie. Portanto, a normalidade é que os usuários sejam muito diferentes e que deem usos distintos aos previstos em projetos”. (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p. 11)

Na prática, isso é obtido buscando equalizar as formas como as pessoas usam edificações, produtos e serviços: se servir ao mais vulnerável ou limitado, servirá a todos. Uma circulação vertical com rampa, por exemplo, serve a todas as pessoas, independente delas se movimentarem com pés ou rodas, utilizarem bengalas, andadores, empurrarem carrinhos de bebê etc. Um elevador que anuncia os andares através de um painel luminoso e um aviso sonoro atende as necessidades de todos, incluindo pessoas com deficiência auditiva ou visual. Enfim, soluções deste tipo não discriminam as pessoas, principalmente no caso de pessoas com deficiência, contribui incluí-las ao conjunto maior da família humana.

O desenho universal não se limita a contemplar as necessidades de quem tem deficiência, mas “estender os benefícios de um desenho com boa funcionalidade a muitos grupos de pessoas que não são necessariamente consideradas como tendo deficiências, mas encontram obstáculos funcionais regularmente”. (MOPD, 2001) Entre esses grupos, incluem-se pessoas de baixa estatura, grávidas, crianças, idosos, pessoas debilitadas etc. O Desenho Universal não contempla apenas pessoas com característica distintas da maioria, mas também busca facilitar a vida de pessoas que estejam carregando pacotes, empurrando carrinhos de bebê, levando carrinhos de feira,

visitantes não habituados com o ambiente no qual se encontram etc. Em suma, “o desenho universal beneficia todas as pessoas, todos os dias, ao nos ajudar a superar os obstáculos de nossa vida cotidiana”. (MOPD, 2001)

Os Princípios do Desenho Universal

Em 1997, um grupo de trabalho formado por arquitetos, designers de produtos, engenheiros e pesquisadores da área de desenho ambiental se reuniu para definir os princípios do desenho universal. Esses sete princípios têm por objetivo servir de base para a “avaliação de designs existentes, orientar o processo de design e educar tanto os designers quanto os consumidores sobre as características de produtos e ambientes mais [facilmente] utilizáveis”.

Esses princípios, reunidos no documento original redigido pelo grupo de trabalho de 1997, são reproduzidos abaixo em sua totalidade e mantendo a formatação original para divulgação ponto que, normalmente, as fontes disponíveis em português apresentam apenas os princípios sem elencar suas diretrizes de projeto, igualmente importante para compreensão do seu alcance e importância:

PRINCÍPIO UM: Utilização equitativa

O design é útil e comercializável às pessoas com habilidades diferenciadas.

Diretrizes:

- 1a. Oferecer os mesmos meios de utilização para todos os usuários: idênticos sempre que possível, equivalente quando não o for.
- 1b. Evitar a segregação ou estigmatização de quaisquer usuários.
- 1c. As possibilidades de privacidade, segurança e proteção devem ser disponibilizadas igualmente para todos os usuários.
- 1d. O desenho deve ser atraente para todos os usuários.

PRINCÍPIO DOIS: Flexibilidade de utilização

O desenho deve acomodar uma grande variedade de preferências e habilidades individuais.

Diretrizes:

- 2a. Possibilitar a escolha dos métodos de utilização
- 2b. Possibilitar a utilização por pessoas destros e canhotos.
- 2c. Facilitar o rigor e a precisão do usuário
- 2d. Possibilitar adaptabilidade ao ritmo do usuário.

PRINCÍPIO TRÊS: Utilização simples e intuitiva

A utilização do desenho é fácil de ser entendida pelo usuário, independente de sua experiência, nível de conhecimento, domínio da língua ou nível de atenção.

Diretrizes:

- 3a. Eliminar complexidade desnecessária
- 3b. Ser consistente com as expectativas e intuição do usuário.
- 3c. Acomodar uma grande variedade de níveis de domínio da língua.
- 3d. Disponibilizar as informações de forma consistente com sua importância.
- 3e. Oferecer alertas e feedback eficientes durante e após a realização de uma tarefa.

PRINCÍPIO QUATRO: Informação perceptível

O desenho transmite as informações necessárias de forma eficaz, independente das condições ambientais ou das capacidades sensoriais do usuário.

Diretrizes:

- 4a. Utilizar diferentes modos (pictóricos, verbais, táteis) para apresentação redundante de informações essenciais.
- 4b. Oferecer contraste adequado entre informação essencial e o espaço à sua volta.
- 4c. Maximizar a legibilidade das informações essenciais.
- 4d. Diferenciar os elementos de modos que possam ser descritos, ou seja, facilitar o fornecimento de instruções ou direções.
- 4e. Oferecer compatibilidade com a variedade de técnicas e dispositivos utilizados por pessoas com limitações sensoriais

PRINCÍPIO CINCO: Tolerância ao erro.

O desenho minimiza os riscos e as consequências adversas de ações acidentais ou involuntárias.

Diretrizes:

- 5a. Dispor os elementos de modo a minimizar riscos e erros: os mais usados, os mais acessíveis; eliminar, isolar ou proteger os elementos perigosos.
- 5b. Prover alertas sobre riscos e erros.
- 5c. Prover funcionalidades a prova de falhas.
- 5d. Desencorajar ações inconscientes em tarefas que requeiram vigilância.

PRINCÍPIO SEIS: Baixo esforço físico.

O desenho pode ser utilizado eficiente e confortavelmente e com o mínimo de cansaço.

Diretrizes:

- 6a. Permitir ao usuário manter uma posição corporal neutra.
- 6b. Utilizar força operacional moderada.
- 6c. Minimizar ações repetitivas.
- 6d. Minimizar esforço físico contínuo.

PRINCÍPIO SETE: Dimensões e espaço para aproximação e utilização.

Devem ser providos dimensões e espaço para aproximação, alcance, manipulação e utilização, independente das dimensões corporais, postura ou mobilidade do usuário.

Diretrizes:

- 7a. Prover uma linha de visão desimpedida dos elementos importantes para todos os usuários sentados ou de pé.
- 7b. Tornar confortável o alcance de todos os componentes para todos os usuários sentados ou de pé.
- 7c. Acomodar variações nas dimensões das mãos e empunhadura.
- 7d. Prover espaço adequado para a utilização de dispositivos assistivos ou ajuda pessoal.

Aplicação da Acessibilidade nos Cinemas

Os princípios do Desenho Universal devem ser associados a normas e recomendações técnicas que definam os parâmetros básicos a serem aplicados em situações específicas. No caso do projeto de espaços voltados para pessoas com deficiência, a norma técnica mais relevante é a NBR 9050, *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT (BRASIL, 2004). Segundo esta norma, a acessibilidade é definida

como sendo a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. (BRASIL, 2004, p. 2)

No caso dos cinemas a acessibilidade implica na possibilidade de alcançar o ambiente, compreende-lo para ser capaz de nele se movimentar com segurança e autonomia, utilizando mobiliário, equipamentos etc. Considerando a função específica do cinema, o ambiente deve ser capaz de proporcionar uma projeção cinematográfica de qualidade, em termos da imagem, do som e do conforto dos espectadores, associado à provisão de meios para a utilização dos recursos necessários à fruição dos filmes por parte de todos os espectadores. Além disso, se analisado de um ponto de vista mais completo, a acessibilidade de uma sala de cinema deve incluir todos os aspectos necessários para que a experiência de ir ao cinema seja a mais prazerosa possível e plena de significados como atividade cultural e social.

Esses aspectos são descritos abaixo, de forma sucinta, apontando para os princípios básicos necessários ao seu equacionamento. Não serão discutidos os detalhes da implementação de cada um deles, disponíveis em literatura específica, em especial a NBR 9050 (BRASIL, 2004). Buscou-se uma abordagem na qual são analisados os aspectos mais relevantes a partir de um movimento de fora para dentro, ou seja, do lar do espectador em potencial, onde se dá a decisão de ir ao cinema, até o auditório, o local onde acontece a projeção do filme.

Planejando a ida ao cinema

Considerando as limitações impostas por barreiras físicas à movimentação de pessoas com deficiência, elas dificilmente assistem um filme, ou se engajam em qualquer outra atividade extra-domiciliar, por impulso. Antes disso, é comum que essas atividades sejam planejadas previamente, visando facilitar a logística do deslocamento por ambientes nem sempre amigáveis. Por conta disso, a administração do cinema deve oferecer as informações necessárias para que os espectadores com deficiência possam se planejar considerando não apenas o filme que irá assistir, mas também os demais aspectos envolvidos nesta decisão.

Essas informações devem ser oferecidas remotamente e com antecedência em relação ao dia da sessão a que se referem, para permitir um planejamento eficaz. A possibilidade de oferecer as informações com antecedência é importante tanto para sessões regulares e, principalmente, para sessões especiais como as pré-estreias,

mostras, festivais e demais eventos associados à projeção de um filme. O instrumento mais apropriado à disponibilização dessas informações são, sem dúvida, as plataformas *web*, que oferecem a possibilidade de fornecer-las atualizadas associadas a recursos e ferramentas de acessibilidade para diversos tipos de deficiência.

Convém, ainda, adotar medidas para garantir a todo e qualquer espectador as informações básicas sobre o filme em exibição em uma determinada sala de projeção: sinopse, ficha técnica, premiações, classificação etária, horários das sessões etc. Deve-se disponibilizar recursos de acessibilidade, tais como audiodescrição, legendagem, libras, todos os dias, em todas as sessões. Como isso não é prática corrente na grande maioria das salas de exibição, deve-se informar quais os filmes que contam com esses recursos, quais dias e em quais sessões.

Também devem ser informadas as tecnologias e dispositivos utilizados. Caso seja algum tipo de dispositivo especial, o espectador deve saber se ele é disponibilizado pelo cinema ou se deve ser levado por ele. Como, por exemplo, no caso de tecnologias que transmitem as informações de acessibilidade a *tablets* ou *smartphones* para recursos como audiodescrição, legendas ou janelas de libras. Caso os dispositivos sejam fornecidos pelo cinema, eles devem ser disponibilizados em quantidade suficiente para todos que deles necessitarem. Como isso é algo que depende de previa quantificação, deve ser informada a quantidade de dispositivos disponíveis e, se for o caso, solicitar que sejam reservados previamente pelos que deles necessitarem.

Esse cuidado é importante para o público formado por pessoas com deficiência auditiva ou visual, que costumam se organizar em grupos, formais ou informais, originados da convivência em escolas e institutos de ensino especial. Não é incomum que um grupo de pessoas, principalmente crianças e adolescentes, decida assistir junto um mesmo filme. Em situações como essa, devem ser disponibilizados os dispositivos de acessibilidade adequados na quantidade necessária ou, na pior das hipóteses, os espectadores devem ser informados previamente sobre a não possibilidade de que isso aconteça para evitar constrangimentos.

Acessibilidade física

Os cinemas devem ser seus espaços acessíveis a pessoas com deficiência física e dificuldade de locomoção, em todos os seus ambientes. Como isso não é regra, devem ser informadas as reais condições de acessibilidade às suas instalações. No caso de pessoas com dificuldade de locomoção, é importante informar se o acesso se dá por

rampas, plataformas, elevadores etc. por conta dos diferentes níveis de dificuldade de locomoção.

No caso de pessoas em cadeiras de rodas, a quantidade mínima de espaços destinados à sua acomodação dentro do auditório é determinada pela norma técnica NBR 9050 (BRASIL, 2004). Como, quase que invariavelmente, é oferecida apenas a quantidade mínima recomendável, é importante que seja informada a quantidade de espaços disponíveis para pessoas em cadeira de rodas em cada auditório. Além disso, deve ser recomendado que as pessoas que necessitarem de um desses espaços contate previamente o cinema para reserva-lo para si e, se for o caso, poltronas ao lado dele para seus eventuais acompanhantes. Esse cuidado relativamente simples pode evitar o constrangimento de ver os espaços e/ou os lugares ao seu lado ocupados quando chegar ao cinema.

É importante que sejam relacionados os meios de transporte disponíveis para acesso à sala. Vale lembrar que enquanto as pessoas sem deficiência costumam priorizar a rapidez de acesso a um determinado local, valorizando o princípio da “menor distância entre dois pontos”. Já para as pessoas com algum tipo de deficiência, a qualidade do percurso costuma ser mais importante do que sua extensão. Um caminho com menor quantidade de obstáculos, com calçadas mais largas e pavimentação mais regular, com guias de meio fio rebaixadas e sinalização podotátil, por exemplo, é mais desejável do que outro mais curto, porém menos amigável.

Vagas para automóveis

A falta de um transporte coletivo público acessível de qualidade faz com que muitas pessoas com deficiência tenham que contar com transporte individual, próprio ou de terceiros, para suas movimentações. Devem ser disponibilizadas, sempre que possível, vagas para pessoas com deficiência, devidamente dimensionadas, sinalizadas e em quantidade compatível com a lotação da sala e de acordo com os critérios definidos pela NBR 9050 (BRASIL, 2004).

Na falta de estacionamento próprio, é preciso informar a existência, ou não, de um estacionamento próximo, indicando a quantidade de vagas disponíveis para deficientes. Este cuidado é especialmente importante para cinemas de rua, posto os localizados em shopping centers contam com vagas de estacionamento do próprio shopping. Ainda assim, é importante informar a quantidade de vagas disponíveis para pessoas com deficiência e sua localização no estacionamento. Outro cuidado importante

é a provisão de áreas exclusivas para embarque e desembarque de passageiros. Essas áreas são úteis ao espectadores que se dirijam ao cinema de táxi ou conduzidas por terceiros.

A forma como uma pessoa é acolhida em um ambiente determina como ele se predispõe a vivenciar aquilo que nele lhe será oferecido. Este aspecto é importante em se tratando de cinema, já que o estado de espírito do espectador poderá facilitar ou prejudicar a fruição das experiências que lhe serão oferecidas quando da projeção do filme. Vale ressaltar, também, que a qualidade do acolhimento se mostra ainda mais importante para pessoas para quem, tradicionalmente, os ambientes costumam ser pouco amigáveis em termos de possibilidade de acesso, como acontece com pessoas com deficiência.

Qualidade técnica da projeção

A qualidade da técnica da projeção é definida através de parâmetros objetivos estabelecidos por normas e recomendações técnicas específicas. Entre elas, a mais completa e atual é a *Recomendação Técnica “RT 001-P-2009: Arquitetura de Salas de Projeção Cinematográfica”*, elaborada pela Associação Brasileira Cinematografia, ABC (BRASIL, 2009). Esta Recomendação diz explicitamente que “o projeto da sala deve atender aos parâmetros definidos pela norma da ABNT, NBR 9050” (BRASIL, 2004) o que implica na necessidade da adaptação de seus parâmetros às necessidades dos espectadores com deficiência, em especial no que tange as suas condições de visibilidade e conforto postural.

Considerações

O reconhecimento da diversidade humana, numa sociedade onde a cultura, assim como a educação, saúde, moradia, transporte se constitui como um direito social deve ser o ponto de partida para que os equipamentos culturais possam ser redefinidos ou estruturados de modo a acolher a todos.

Neste contexto, o cinema, com seu imenso arquivo de obras produzidas com uma multiplicidade de visões sobre uma vasta gama de assuntos – inclusive a deficiência – é um dos grandes patrimônios culturais da humanidade e, como tal, a todos deve ser franqueado seu acesso. Além disso, o ato de assistir ao filme em uma sala de cinema não apenas intensifica suas potencialidades sensoriais, mas também representa uma importante oportunidade de socialização, algo de extrema relevância para todos.

Para que os cinemas possam realizar seu potencial como forma de arte e expressão artística e como opção de lazer e instrumento de sociabilização, as salas devem estar adaptadas para acolher todas as pessoas, inclusive as com deficiência. Para tanto, a melhor abordagem para a acessibilização do cinema e dos cinemas é a utilização dos princípios do Desenho Universal aplicado às especificidades da projeção cinematográfica.

Referências

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CINEMATOGRAFIA. **RT 001-P-2009: Arquitetura de Salas de Projeção Cinematográfica**, Associação Brasileira Cinematografia, ABC. 2009. Disponível em: <http://abcine.org.br/uploads/artigos/abc_rt_001_p_2009_rev_nov2009.pdf> Acesso em: 17 mar 2017.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 1**, de 25 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=9C5939DFE65FB7A7725308553B44CEDF?id=355>>. Acesso em: 06 set. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6949/2009 - Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>>. Acesso em 06 set. 2013.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296** de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 03 set. 2013.

CARVALHO, Dado. **O cinema ideal para deficientes físicos**. 26 fev 2010. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/cinema/2010/02/26/o-cinema-ideal-para-deficientes-fisicos/>> Acesso em: 17 mar 2014.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Um conceito para todos**. Instituto Mara Gabrilli: São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.rina.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf> Acessado em: 13/03/2014

COLOMBIA. Conferência Intergovernamental Ibero-Americana ocorrida em Cartagena de Índias, 1996. In: MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer**. In: Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.2, abr/jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902011000200010&script=sciarttex>>. Acesso em: 05 set. 2013.

FALCO, Débora de Paula. Lazer Fora de Casa: O Cinema como Equipamento Mágico do Urbano. In: Licere, Belo Horizonte, v.10, n.1, abr./2007. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrr.br/licere/pdf/licereV10N01_a4.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

GUIA DE CINEMA E VÍDEO PARA CEGOS E SURDOS, 2013. Disponível em: <<http://www.filmesquevoam.com.br/canais.php?mod=pagina&id=65>>. Acesso em: 10 mar 2014

NEVES, Kellen Cristina Marçal de Castro. Cinema: A Modernidade e suas Formas de Entretenimento. In: Revista de História e Estudos Culturais, 2006. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF9/8.Artigo.Kellen_Maca.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Pessoas com Deficiência e Direito de Acesso à Cultura. In: **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência** – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013. Disponível em: < http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Izabel_Maria_Madeira_de_Loureiro_Maior.pdf. >. Acesso em: 12 mar. 2014.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais**: cultura, educação e lazer. In: Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.2, abr/jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902011000200010&script=sciarttext>>. Acesso em: 05 set. 2013.

WIKIPEDIA. **Action T4**. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Action_T4>. Acesso em: 10 mar.2014.